

ACORDO DE PARCERIA PARA A INTERVENÇÃO NO RIO ÁGUEDA

ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO, I.P. E CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

PROJECTO DE CONTROLO DE CHEIAS EM ÁGUEDA – AUMENTO DAS SECÇÕES DE VAZÃO DAS PONTES DE
ÓIS DA RIBEIRA E DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DE BY-PASS AO RIO ÁGUEDA

Considerando que:

Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., tem como missão proteger e valorizar as componentes ambientais das águas, bem como proceder à gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito da Região Hidrográfica do Centro, e como objectivos estratégicos, entre outros, reforçar a protecção e valorização dos recursos hídricos e aumentar o número de acções de protecção, valorização e regularização da rede hidrográfica e minimização do risco;

O Departamento de Recursos Hídricos Interiores é responsável por assegurar a concretização das atribuições da Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., no domínio das massas de águas subterrâneas e superficiais interiores e dos recursos hídricos conexos, até ao limite das zonas terrestres de protecção de águas costeiras ou de transição designadas em instrumentos de gestão territorial, nas suas vertentes de qualidade, quantidade e gestão das utilizações, nomeadamente através de actividades de licenciamento, fiscalização, gestão de empreendimentos e infra-estruturas e apoio técnico às actividades de gestão de recursos hídricos, fazendo parte dos seus objectivos a concretização e acompanhamento de parcerias;

O Município de Águeda é desde há longa data fustigado por cheias, as quais, de acordo com a sua intensidade, se traduzem em episódios de maior ou menor prejuízo para moradores e comerciantes da zona baixa da cidade e que as diversas medidas, tomadas ao longo dos anos, não foram capazes de evitar;

As causas para o fenómeno das cheias no concelho de Águeda se encontram identificadas e, de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, é dever da Administração procurar reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para a saúde humana, o ambiente, o património, as infra-estruturas e as actividades económicas;

As intervenções nas pontes de Óis da Ribeira e do Campo, com o aumento das secções de vazão, e a construção do By-Pass ao canal do rio junto à cidade de Águeda, urgentes e necessárias, terão um papel fundamental no controlo de cheias na cidade de Águeda, mas serão igualmente fundamentais na requalificação da zona envolvente ao rio Águeda junto à cidade, como forma de potenciar esta área do ponto de vista ambiental, lúdico e recreativo;

A execução destes projectos apresenta, para qualquer município, valores relativamente elevados, sendo que no conjunto o montante das três intervenções ultrapassa os 1.606.425,8€, sendo imprescindível o apoio da administração regional e central a este nível, mas também no impulso para ultrapassar as questões técnico-jurídicas e legais ligadas ao mesmo;

A política nacional de gestão do domínio público hídrico é melhor prosseguida, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, através de uma estreita colaboração entre a administração central e local, esta com um vasto conhecimento dos problemas e realidades locais que, pela proximidade, se vê obrigada a tomar decisões atempadas e eficientes no âmbito da execução material de determinadas intervenções;

As inundações, sendo um fenómeno natural, são susceptíveis de provocar desalojamentos e perdas de vidas humanas e responsáveis por impactes ambientais e sócio-económicos relevantes, cabendo-nos reduzir o risco e as consequências prejudiciais com a adopção de medidas apropriadas.

É estabelecido, entre a **Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.**, adiante designada por ARH do Centro, I.P., e a **Câmara Municipal de Águeda**, o presente Acordo de Parceria, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

Objecto

1. Constitui objecto do presente Acordo de Parceria a concretização da cooperação entre as duas partes interessadas, com vista à realização de intervenções de minimização e controlo de cheias na cidade de Águeda e, igualmente, de requalificação da zona envolvente ao rio Águeda junto à cidade, como forma de potenciar esta área do ponto de vista ambiental, lúdico e recreativo.
2. O presente projecto de minimização e controlo de cheias e de requalificação ambiental será constituído, nomeadamente, por:
 - a) Alargamento dos vãos da ponte de Óis da Ribeira, com o consequente aumento, em mais do dobro, da secção de vazão, através da escavação do aterro lateral direito e do reforço das margens junto ao rio Águeda;
 - b) Alargamento da ponte do Campo, com o aumento, para o dobro, da secção de vazão, e alargamento do contínuo fluvial, em cerca de 60 metros, para Sul, incluindo a demolição de algumas construções;
 - c) Execução de um canal secundário ao rio Águeda (By-Pass ao rio Águeda), com a secção localizada a partir do rio Águeda, a montante da cidade, com cerca de 750 metros de extensão e rasto a cerca de meio metro acima do leito principal do rio Águeda, a entroncar novamente no rio, a jusante da cidade;

ML

- d) Requalificação da zona envolvente ao canal do rio que, associado ao funcionamento do açude insuflável, criará, no período estival, um segundo plano de água, beneficiando hídrica e paisagisticamente a zona envolvente e potenciando o espaço para actividades de lazer e desportivas.

Cláusula 2.^a

Empreitada

- a) Para efeitos da realização das acções a entidade adjudicante será a Câmara Municipal de Águeda, necessitando cada uma das intervenções do parecer prévio favorável, ou título de utilização dos recursos hídricos, da ARH do Centro, I.P..
- b) O procedimento será conduzido pela Câmara Municipal de Águeda e contará com o acompanhamento técnico da ARH do Centro, I.P..
- c) As decisões de contratação, de escolha do procedimento, de qualificação dos concorrentes e de adjudicação ficarão a cargo da Câmara Municipal de Águeda, com conhecimento da ARH do Centro, I.P..

Cláusula 3.^a

Instrumentos Financeiros

Para financiamento das intervenções, a Câmara Municipal de Águeda compromete-se a assegurar e suportar as despesas decorrentes da realização das obras, nos termos da cláusula 5.^a;

Cláusula 4.^a

Ocupação do Domínio Público Hídrico (DPH)

- a) A ocupação objecto do presente Acordo visa também a gestão da área situada em DPH, conforme delimitação a efectuar pelos parceiros e que constará numa planta a anexar ao presente acordo, bem como das utilizações nela implantadas e será concretizada através do licenciamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e respectivos condicionalismos.
- b) A utilização das infra-estruturas tem por finalidade a minimização e controlo de cheias e a requalificação ambiental da zona intervencionada, no cumprimento dos objectivos ambientais expressos na Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água).

Cláusula 5.^a

Direitos e Obrigações

1. Compete à ARH do Centro, I.P., no âmbito do presente Acordo de Parceria:

- a) Emitir pareceres/títulos de utilização dos recursos hídricos para as intervenções de aumento das secções de vazão das pontes de Óis da Ribeira e do Campo, e de construção do canal secundário ao rio (By-Pass ao rio Águeda), bem como para as de requalificação da zona envolvente;

ML

Handwritten signature

- b) Proceder ao acompanhamento técnico das intervenções e, se necessário, apoiar os processos de contratação, de selecção do procedimento, de qualificação dos concorrentes e de adjudicação.
- c) Prestar os esclarecimentos que, no âmbito do projecto, se tornem necessários e acompanhar a candidatura a efectuar pela Câmara Municipal de Águeda, ao Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos (FPRH) e ao POR Centro (MAIS CENTRO).

2. Compete à Câmara Municipal de Águeda:

- a) Adequar os projectos de ampliação dos vãos das pontes de Óis da Ribeira e do Campo, para aumento das secções de vazão, do canal secundário ao rio Águeda (By-Pass) e de requalificação ambiental da zona envolvente;
- b) Assegurar toda a tramitação processual referente à candidatura aos financiamentos do FPRH e do MAIS CENTRO;
- c) Participar à ARH do Centro, I.P., o andamento de todo o processo de candidatura;
- d) Promover a consulta ao mercado para a adjudicação das obras constantes dos projectos referidos em a) da presente cláusula, de acordo com o definido na cláusula 2.^a e proceder ao acompanhamento da sua execução;
- e) Submeter aos órgãos de gestão dos financiamentos os documentos de despesa ou outros, para a transferência das verbas necessárias ao pagamento das despesas, mediante apresentação dos autos de medição e de cópias das facturas;
- f) Suportar o financiamento das acções necessárias à concretização do projecto, incluindo o valor do IVA à taxa legal em vigor e, ainda, os montantes resultantes de eventuais revisões de preços, trabalhos a mais e de suprimento por erros ou omissões dos projectos;
- g) Garantir a manutenção, conservação e segurança das infra-estruturas e espaços objecto da intervenção em apreço;
- h) Participar à ARH do Centro, I.P., a ocorrência de situações de desconformidade em relação aos usos e ocupações preconizadas nos projectos.

Cláusula 6.^a

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento das intervenções será constituída por um representante da Câmara Municipal de Águeda, que presidirá, e por um representante da ARH do Centro, I.P. e terá como funções:

- a) Coordenar as acções que integram o desenvolvimento do Acordo de Parceria, desde a fase de adjudicação das obras até à sua conclusão;
- b) Acompanhar em termos físicos, financeiros e administrativos, a execução das obras;
- c) Direcção e fiscalização da execução das obras.

Handwritten signature

Cláusula 7.^a

Publicidade do Financiamento

A ARH do Centro, I.P. e a Câmara Municipal de Águeda obrigam-se a publicitar as intervenções, através de placas a serem colocadas de forma visível nos locais dos trabalhos, com alusão às entidades intervenientes e aos financiamentos envolvidos (comunitários e outros), e a divulgar os projectos, através dos respectivos sítios da Internet.

Cláusula 8.^a

Revisão do Acordo

O presente Acordo de Parceria poderá ser revisto se ocorrerem:

- a) A não aprovação dos financiamentos pelo FPRH e/ou pelo MAIS CENTRO;
- b) Alterações anormais e imprevisíveis das circunstâncias que determinaram os seus termos.

Cláusula 9.^a

Termo dos Títulos

Com a conclusão das obras e decurso do respectivo prazo de validade dos títulos de utilização dos recursos hídricos, as intervenções passam a fazer parte do domínio público hídrico, submetidas ao regime de utilização dos recursos hídricos, regulado pelos diplomas legais que se encontrem em vigor.

Cláusula 10.^a

Incumprimento do Acordo de Parceria

1. O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito do presente Acordo de Parceria poderá justificar a sua resolução.
2. Constituirá, em especial, motivo de resolução do presente Acordo de Parceria a utilização dos espaços, instalações e infra-estruturas para fim diverso do estabelecido no presente acordo.
3. A decisão de resolução do Acordo de Parceria é comunicada à outra parte através de carta registada com aviso de recepção, com antecedência mínima de 60 dias em relação à data pretendida para a resolução.
4. A resolução deste acordo manterá em vigor o Despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com data de 8 de Maio de 2009, exarado no ofício da Câmara Municipal de Águeda, referente ao controlo de cheias em Águeda, de 27 de Fevereiro de 2009.

Cláusula 11.^a

Período de Vigência do Acordo de Parceria

Este acordo é válido até ao final do prazo que venha a constar na calendarização das obras, previstas para cada projecto, não devendo ultrapassar os cinco anos, e possui efeitos a partir da data da sua assinatura.

O presente Acordo de Parceria é constituído por dois exemplares, ambos com valor de originais, que farão igualmente fé, ficando um em poder de cada uma das partes.


Coimbra, 13 de Abril de 2011

A Presidente da ARH do Centro, I.P.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Teresa Fidélis'.

(Prof. Doutora Teresa Fidélis)

O Presidente da C.M. de Águeda

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Gil Nadais R. da Fonseca'.

(Dr. Gil Nadais R. da Fonseca)

